

A dominância mundial do capital fictício e suas especificidades no capitalismo dependente latino-americano

Marisa Silva Amaral*

Resumo: As breves considerações aqui reunidas pretendem, mais tarde, suscitar um debate em torno da necessidade de retomada e atualização das principais categorias analíticas trazidas pelos teóricos vinculados à corrente marxista da Teoria da Dependência. Antes desta tarefa, entretanto, faz-se premente, de início, lançar sobre a mesa os diversos novos (ou novos velhos) elementos que passam a caracterizar a dinâmica de acumulação capitalista na sequência da crise dos anos 1970, particularmente aqueles que jogam luz à categoria capital fictício e ao aparente protagonismo que esta forma de capital vem assumindo nas últimas décadas como uma espécie de “guia” do processo de concentração e centralização do capital em nível mundial – o que vem sendo chamado de financeirização da economia. O ponto chave, porém, se situa na tentativa de, num segundo momento, explicitar o movimento contraditório que assume a financeirização, posto que emerge nos países centrais de maneira inegavelmente diversa daquela através da qual se aloja nos países dependentes latino-americanos. E o mais importante: sem que tal formulação desague numa visão de interdependência entre periferia e centro, perspectiva que traria como corolário a própria ruína da contradição máxima do sistema capitalista que é a do caráter social da produção combinado à natureza privada da apropriação de valor; ou, em outras palavras, a percepção de que a riqueza tem, necessária e permanentemente, a pobreza como seu polo oposto e complementar.

Palavras-chave: capitalismo contemporâneo, capital fictício, dependência.

The global dominance of fictitious capital and its particularities in Latin American dependent capitalism

Abstract: The brief considerations gathered here intend to stimulate a debate about the need to retake and update the main analytical categories brought by the theoreticians linked to the Marxist current of Dependency Theory. Before this task, however, it is urgent, at the outset, to throw on the table the various new (or “old new”) elements that come to characterize the dynamics of capitalist accumulation following the crisis of the 1970s. Particularly those that throw light on fictitious capital category and the apparent protagonism that this form of capital has assumed in recent decades as a kind of “guide” to the process of concentration and centralization of capital in a world level – what has been called financialization. The key point, however, lies in the attempt, in a second moment, to make explicit the contradictory movement that financialization assumes, since it emerges in the central countries in an undeniably different way from the one through which it is housed in the Latin American dependent countries. Most important, without such formulation draining in a vision of interdependence between periphery and center, a perspective that would bring as a corollary the ruin of the maximum contradiction of the capitalist system: the social character of production combined with the private nature of the appropriation of value. In other words, the perception that wealth necessarily and permanently has poverty as its opposite and complementary pole.

* Doutora em Economia do Desenvolvimento pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IERI-UFU.

Key words: contemporary capitalism, fictitious capital, dependency.

1. Introdução: imperialismo clássico e a Teoria Marxista da Dependência

A teoria clássica do imperialismo é inaugurada a partir do trabalho do economista britânico John A. Hobson (1902), que, ainda que escrevendo a partir da perspectiva ideológica dominante, exerceu enorme influência sobre as principais contribuições marxistas acerca do tema. Quanto a estas, nos referimos aqui aos trabalhos de Rudolf Hilferding (originalmente publicado em 1910), Rosa Luxemburg (1912), Karl Kautsky¹ (1914), Nicolai Bukhárin (produzido em 1915 e publicado em 1917) e Vladimir Lenin (escrito em 1916 e publicado em 1917), adquirindo maior importância para o estudo aqui proposto os escritos de Hilferding (*O Capital Financeiro*), Lenin (*Imperialismo, fase superior do capitalismo*) e Bukhárin (*A Economia Mundial e o Imperialismo*), posto que se dedicam a apontar as características essenciais do capitalismo (convertido em imperialismo) naquele momento histórico presente no escopo de sua análise, isto é, o período que se estende de 1860 até o ano de publicação de suas respectivas obras.²

Tais características podem ser sintetizadas a partir de Lenin (1917/2009, p. 90), que as identifica como os cinco traços fundamentais do imperialismo, tal como segue:

¹ Kautsky é tido por Lenin como um ex-marxista em razão de seus posicionamentos político-ideológicos assumidos no âmbito da II Internacional. No capítulo 9 de seu “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, ao fazer uma crítica do imperialismo, Lenin dedica uma parte importante de seus esforços para desenvolver e fundamentar seu rebatimento em relação às ideias propostas por Kautsky, esclarecendo as razões pelas quais enxerga o afastamento deste autor em relação ao marxismo. Mesmo Hilferding é mencionado por Lenin como um “antigo marxista, atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa, reformista, no seio do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha” (LENIN, 1917/2009, p. 13, Prefácio às Edições Francesa e Alemã). Não vem ao caso avaliar aqui a validade ou não destas afirmações, mas vale o registro, apenas para que fique claro que a vinculação desses autores ao marxismo não é consenso; pelo menos não durante toda a sua trajetória teórico-política.

² Há aqui uma completa imprecisão de nossa parte, uma vez que as principais ideias de Lenin, Hilferding e Bukhárin são ainda válidas para explicar o momento atual, mesmo que com algumas insuficiências decorrentes do fato de que o capitalismo teve um século de história após a publicação dessas análises e, portanto, um século de transformações em sua estrutura de funcionamento. Isto, evidentemente, seguindo o método marxista da necessária fusão entre os planos concreto e abstrato, exigiria alterações na teoria que se propõe a explicar a realidade, de modo que não poderíamos desejar simplesmente reproduzir no presente, de maneira linear, os apontamentos realizados por aqueles teóricos clássicos. A essas questões, nos dedicaremos com mais cuidado adiante.

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
- e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Esta caracterização o leva a definir o imperialismo como

o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, op. cit., p. 90).

Como complementação necessária à teoria do imperialismo, surge a teoria da dependência em meados da década de 1960 (entre 1964-67), num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Retomando as ideias de Valencia (2007, p. 29), poderíamos afirmar que os pressupostos doutrinários e econômico-políticos da teoria do imperialismo em sua formulação clássica

[...] fueran insuficientes para caracterizar al mundo que se desarrollaba en la periferia del sistema capitalista dominante, particularmente en su función histórica para viabilizarlo. Es de esta manera que el ‘concepto’ dependencia [...] representa un complemento necesario de la teoría del imperialismo para dar cuenta de la naturaleza de las sociedades que se desarrollan de manera subordinada en la periferia del sistema, como es el caso de América Latina,

embora, devemos reconhecer, Lenin, Bukhárin e o próprio Hobson

tenham apontado em suas discussões sobre o imperialismo aquelas que seriam as bases ou as prerrogativas essenciais da dependência, quais sejam: o parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de enriquecimento

e acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas. (AMARAL, 2013, p. 36)

Tais intuições, no entanto, não avançaram para além do plano empírico, limitando-se à mera (mas não pouco importante) constatação dos fenômenos – esforço que, diga-se de passagem, não deve, sob nenhuma hipótese, ser desprezado, já que abre as portas para um campo de discussão bastante amplo e fértil dentro do marxismo –, sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial, deixando à teoria da dependência, portanto, o espaço para levar a cabo essa construção.

O propósito da teoria da dependência era, então, o de compreender os efeitos que o processo de internacionalização do capital provocou na estrutura interna dos países ditos periféricos, a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior. Isto nos induz à conclusão de que, portanto, a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial teria ficado a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais interferem na estrutura interna (tanto econômico-política quanto sociocultural) dos países periféricos teria se convertido em tarefa própria da teoria da dependência,³ com a construção de categorias teóricas específicas que oferecessem suporte a tal investigação (AMARAL, 2013, p. 36).

Seguindo essa linha, a teoria da dependência aparece como uma crítica à tradicional “*visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento*”, que considerava que o “*‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização*” (DOS SANTOS, 2000, p. 21).

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da ideia de que os países “avançados” se encontravam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. O ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades

³ Autores como Cueva (1974) e Castañeda & Hett (1978) advogam em favor da redundância da teoria da dependência, afirmando que os teóricos desta corrente não fazem nada mais do que reafirmar a teoria do capitalismo, de Marx, e a do imperialismo, de Lenin. Não cabe aqui discutir a validade dos argumentos, mas vale mencionar que um importante rebatimento a esta desqualificação foi oferecido por Marini (1990).

entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentam estas desigualdades. (AMARAL, 2012, p. 68)

Neste sentido, a teoria da dependência pretendia demonstrar que o subdesenvolvimento está estreitamente conectado com a expansão dos países industrializados, de tal modo que desenvolvimento e subdesenvolvimento aparecem como aspectos distintos de um mesmo todo. Sendo assim, o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista que tem o desenvolvimento como fim.

Em sua vertente marxista – denominada teoria marxista da dependência (TMD) –, cujos principais expoentes são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e Samir Amin, a visão é a de que as relações de produção (desenroladas a partir do processo de integração das economias nacionais ao mercado global) são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à constituição de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, de modo que a mais-valia produzida na periferia é apropriada e acumulada no centro.

O raciocínio que fundamenta essa conclusão⁴ é a ideia de que a acumulação de capital no interior dos países dependentes é caracterizada pela existência de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva, o que, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, resulta numa violenta exploração da força de trabalho, que se dá como consequência de relações desiguais em termos do intercâmbio entre nações dependentes e centrais e dos mecanismos de transferência de valor reforçados por relações dessa natureza.

Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos – tanto na forma de lucros, quanto na forma de juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, provocando uma espécie de interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes⁵ que precisa ser

⁴ Toda essa discussão é extraída da obra de Ruy Mauro Marini – em especial Marini (2000) –, que, a nosso ver, ao lidar com o tipo específico de desenvolvimento periférico, oferece a interpretação mais rigorosa e bem acabada do ponto de vista categorial entre os demais autores de tradição marxista vinculados à TMD.

⁵ Com isto pretendemos dizer apenas que o processo de acumulação na periferia é temporariamente obstruído pelas remessas de recursos ao exterior. Em nenhum momento pretendemos afirmar, com isso, que na periferia temos um capitalismo pouco avançado ou pouco desenvolvido – em termos de

completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E a única atitude que viabiliza às economias periféricas o prosseguimento de sua dinâmica interna de acumulação é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho,⁶ que se dá pelo *“acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou, [pela] elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho”* (CARCANHOLO, 2004, p. 11).

Deste modo, em linhas gerais, a expropriação de valor característica do intercâmbio desigual só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio do desenvolvimento da capacidade produtiva e da criação de estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor.

Com isto, Marini define a primeira categoria essencial do ponto de vista da necessária diferenciação entre o tipo de desenvolvimento capitalista levado a cabo nos países da periferia do sistema e aquele que se desenrola no centro capitalista. Para além desta, o autor formula também o conceito de subimperialismo, definindo-o como

[...] la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza. (MARINI, 1977, p. 17)

processualidade, para que fique claro. Ao contrário, é justamente o avanço das relações capitalistas num nível global mais geral e no interior das estruturas periféricas, em específico, que determina a constituição de relações de dependência, intransponíveis dentro dos marcos do capitalismo, diga-se de passagem, dado que são características próprias deste sistema.

⁶ A categoria “superexploração do trabalho” foi desenvolvida por Marini no sentido de apontar para uma característica própria e definidora da condição dependente. Trata-se da “violação” do valor da força de trabalho como consequência da necessidade de intensificar a acumulação de capital na periferia, considerando o fato de que esse processo é comprometido pelas remessas de excedentes para o exterior dadas pelo tipo de inserção externa dessas economias no mercado mundial.

Trata-se do desenvolvimento de “centros medianos de acumulação” ou de “potências capitalistas medianas” (MARINI, 1977, p. 8) que se formam como resultado da expansão, diversificação, integração e conseqüente concentração da indústria manufatureira em escala mundial. Esse movimento é conseqüência de um intenso processo de internacionalização da indústria manufatureira (e, portanto, de sua desnacionalização) em alguns países tidos como centros medianos de acumulação, seja através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) – consolidados especialmente via operações de fusão e aquisição por parte de grandes grupos multinacionais (ou transnacionais como preferem alguns analistas) –, seja por meio dos laços tecnológicos e financeiros que ligam empresas de propriedade nacional ao capital externo.

O ponto chave destacado por Marini (1977) é o de que tal processo, iniciado no período do pós-guerra, vai tendendo, ao longo do tempo, a priorizar as indústrias vinculadas à produção de bens de consumo suntuário, destinados às classes de mais alta renda. Este é o caso, por exemplo, do crescimento da indústria de automóveis de passeio e indústrias relacionadas, tais como as de materiais de transporte, química e metalúrgica. Por outro lado, a tendência verificada do ponto de vista da classe trabalhadora é: i) a ampliação do exército industrial de reserva (EIR), dada por uma composição orgânica do capital mais elevada nas indústrias que se desenvolvem nesse período; e ii) o rebaixamento salarial, por conta das pressões exercidas pelo EIR e também em função de uma queda do poder de compra do salário mínimo percebida nas análises que se referem ao período em questão.

Nestes termos, percebe-se que a indústria que se desenvolve no interior dos tais centros medianos se depara com problemas de realização decorrentes do não desenvolvimento ou da não ampliação do mercado interno de massas, fazendo-se evidente a necessidade de ampliação dos mercados e, portanto, a abertura do comércio ao exterior pela via das exportações de produtos manufaturados, encabeçadas especialmente por empresas estrangeiras, algo que ganha importância especialmente a partir da segunda metade da década de 1960.

O que é particularmente interessante é o fato de que essa prática de exportação de capitais é também válida para recursos provenientes da esfera financeira. É exatamente este o caso dos eurodólares que, em busca de expandir seus espaços de realização, passam a ingressar nas economias latino-americanas a partir da década de 1970, especialmente sob a forma de empréstimos externos com o objetivo de financiar planos de investimento na indústria nacional desses países. Ocorre que, na

impossibilidade de assimilar o alto montante de recursos ingressantes pela via produtiva, esses capitais precisaram ser reintegrados ao movimento internacional de capitais, consolidando a entrada de alguns países subimperialistas latino-americanos, em especial o Brasil, na etapa da exportação de capitais.

O subimperialismo, então, pode ser entendido como uma forma de “compensar”, no plano interno (isto é, nas relações entre países dependentes), as perdas sofridas nas relações estabelecidas em nível mundial entre nações subordinadas e centrais. Trata-se de uma espécie de ação imperialista dentro do campo dependente, exercida por determinados países periféricos cuja integração/incorporação à lógica imperialista mundial se encontra num estágio bastante avançado, mas, contraditoriamente, ainda dentro dos marcos da dependência. Grosso modo, trata-se de uma espécie de imperialismo dependente, uma vez que os mecanismos aos quais recorrem as nações subimperialistas são, ao mesmo tempo, consequência e causa de sua condição dependente e das relações que estabelecem no plano mais geral.

Portanto, percebe-se que a noção de subimperialismo deixa ainda mais evidente a ideia de complementaridade da teoria da dependência em relação à teoria do imperialismo. A isto nos referíamos quando, anteriormente, dissemos que a teoria clássica do imperialismo não havia se detido num tratamento categorial acerca da situação vivida pelos países periféricos nos marcos do “capitalismo imperialista” e que, assim sendo, não havia dado conta de situações bastante particulares vividas no seio das estruturas periféricas do capitalismo mundial.

Feita esta recuperação acerca das teses clássicas sobre o imperialismo e da teoria da dependência em sua versão marxista, passamos à nossa proposta de discussão propriamente dita.

2. O processo de financeirização como traço distintivo da nova fase do capitalismo

Grande parte das mais conhecidas análises marxistas acerca do imperialismo contemporâneo, para além de evidenciarem aspectos políticos, militares e culturais da nova fase do imperialismo, ressaltam a inquestionável importância que a esfera financeira e os circuitos financeiros internacionais – bem como seus novos instrumentos de dominação – passam a adquirir do ponto de vista da internacionalização do capital,⁷

⁷ Nos referimos aqui, em especial, às interpretações de Panich e Gindin (2006a e 2006b), Albo (2006), Callinicos (1994, 2005 e 2009), Borón (2006), Valencia (2007), Harvey (2004) e Gowan (2003)..

com o reconhecimento de que, embora seja inequívoca a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países e uma maior participação das operações de empresas transnacionais por toda a economia, a internacionalização financeira se deu de forma mais rápida que a comercial e produtiva. Isto e o brutal crescimento da riqueza fictícia entre 1980 e 2006⁸ constituem-se em elementos preliminares que apontam para a predominância de um tipo de acumulação e reprodução de capital que tem na sua dianteira a esfera financeira, ou, usando categorias marxistas, a forma capital portador de juros e sua forma autonomizada, o capital fictício.

Tal movimento tem sido chamado na literatura de processo de financeirização da economia e envolve a percepção de que o mundo vem atravessando uma mudança estrutural e sistêmica desde a crise da década de 1970. O entendimento é o de que, do imediato pós-guerra até os anos iniciais da década de 1970, a economia mundial caracterizava-se por uma dinâmica ascendente e virtuosa conhecida como “os anos de ouro do capitalismo”. Concluído esse período, o quadro se inverte e as economias avançadas do globo, seguidas evidentemente pelas economias periféricas, passam a enfrentar uma espécie de espiral descendente e a vivenciar profundas e frequentes crises, especialmente de caráter financeiro⁹. Este giro repentino de 180°, que conduz a economia mundial do topo ao vale, tem, evidentemente, razão de ser.

Uma importante interpretação para esse movimento é aquela desenvolvida por Robert Brenner em seu *O Boom e a Bolha*. O objetivo declarado de Brenner (2003) – inclusive no próprio título da obra – é explicar qual é a verdadeira natureza da expansão econômica norte-americana nos anos 1990 – cravada num contexto de duradoura estagnação internacional entre 1973 e 1995 –, como se deu a formação da bolha no

⁸ A riqueza fictícia é aqui analisada com base no estoque mundial de ativos financeiros relativamente à renda real mundial no período compreendido entre 1980 e 2006. Nessas bases, dados da *McKinseys Global Institute* e do FMI, elaborados por Paulani (2009), mostram que o PIB mundial cresce 314% enquanto a riqueza financeira mundial aumenta em 1292%.

⁹ A caracterização das crises capitalistas recentes como sendo crises financeiras não é consenso na literatura marxista recente sobre o tema. Há uma importante corrente de analistas (ver, por exemplo, Caputo, 1998 e 2007) que ressalta o predomínio do capital produtivo em relação às outras formas de capital e que, por isso, entende que as crises têm sua origem nas condições de produção e realização das mercadorias, sendo resultado da tendência à superprodução mundial que decorre da concorrência. O que leva tais autores a reforçarem o predomínio do capital produtivo é a ideia de que só assim não se perde de vista o núcleo da análise marxista acerca das relações de dominação do capital sobre o trabalho. De nossa parte, como não compartilhamos da percepção de que as teses sobre a financeirização como um todo conferem pouca importância a tais relações de dominação, não nos opomos àqueles que visualizam a irrupção das crises recentes a partir da esfera financeira. Esperamos que as razões para tal adesão sejam aclaradas um pouco mais adiante.

mercado de ações a partir daí e os desdobramentos em termos de declínio cíclico quando do estouro da bolha.

Para cumprir com tal objetivo, o autor parte justamente da análise do longo declínio – ou do período de crescimento lento iniciado por volta de 1973 –, na tentativa de compreender até que ponto seus elementos estão ainda em funcionamento, seja de maneira direta ou indireta. Mais propriamente, a questão que se coloca é: o que muda na década de 1970 para que essas novas tendências se apresentem? Ou seja, quais foram as forças que não só converteram o longo boom pós-guerra (verificado do final de 1940 ao início de 1970) em declínio, como sustentaram essa fase depressiva, marcada por uma sucessão de recessões e crises financeiras, até meados da década de 1990?

O argumento que conduz a discussão é o de que esse período de estagnação foi determinado pela existência de um excesso de capacidade no setor manufatureiro internacional, que, combinado a uma queda acentuada da lucratividade das empresas do setor não financeiro – algo que aparece, inclusive, como consequência imediata do próprio excesso de capacidade –, foi responsável por minar o crescimento econômico e, portanto, dificultar a retomada do dinamismo. Neste sentido, Brenner (*Ibid.*, p. 77) esclarece que os estímulos keynesianos levados a cabo pela economia norte-americana tiveram como consequência a perpetuação do excesso de capacidade e de produção, impedindo que a depressão pudesse atuar no sentido de “limpar o terreno” para novos períodos de expansão, como historicamente acontece.

O cenário que se desenhava no momento era, então, caracterizado por crescimento dos investimentos, elevação dos preços das ações e queda da lucratividade. Quanto a isso, Brenner (*Ibid.*, p. 20) aponta, mais especificamente, que o boom que se segue ao período de estagnação não foi resultado de lucros (verificados ou esperados) crescentes, mas sim do acesso das corporações a financiamentos de baixíssimo custo, o que levou a um excesso de investimento e de capacidade, de modo que teria sido a bolha no mercado de ações norte-americano – com especial ênfase para os setores de alta tecnologia, como é o caso das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) – a responsável pela explosão global, sustentada pela alta demanda advinda da expansão da economia dos EUA.

Quanto a isto, o autor mostra que a alta nos preços das ações cria um efeito de prosperidade que estimula artificialmente a demanda. Tal estímulo é artificial justamente porque a subida nos preços das ações também o é, uma vez que ocorre através de um aumento no endividamento corporativo, isto é, as empresas levantam

recursos via empréstimos justamente para efetuar a recompra de suas próprias ações no mercado, recolocando-as mais tarde a um preço evidentemente mais alto. Então, o preço das ações sobe exatamente porque a retirada de ações do mercado cria a ideia de que as mesmas são escassas e, portanto, de que a demanda por elas é alta, o que estimula a ideia subjacente de que a demanda é alta porque a empresa é lucrativa e, assim sendo, a rentabilidade oferecida pelas ações tenderia a ser elevada. Ocorre que isto pode ser falso, ilusório, uma vez que a subida nos preços das ações foi criada artificialmente.

Em nossa visão, encontra-se aqui o principal argumento de Brenner: a percepção de que a expansão das economias norte-americana e mundial verificada a partir de meados da década de 1990 deixa de ser garantida pelos déficits keynesianos do governo e passa a ser conduzida pelos déficits privados (de empresas e famílias), que só são possíveis em função do crescente valor das ações. Ocorre que o valor dos ativos vai se distanciando em muito do crescimento dos lucros, comprimidos pelo excesso de capacidade e pela queda de produtividade. Portanto, não há uma melhora na economia real que justifique a subida nos preços das ações. O que se configura é, na verdade, uma bolha financeira. O movimento que Brenner descreve, portanto, é o desatrelamento entre preços das ações e lucros (ou a desconexão entre o aumento da riqueza em papéis e o crescimento da produção), isto é, o fato de que o aumento dos primeiros se dá independentemente do que ocorre com os segundos. Deste modo, a aceleração da compra de ações ocorre, pura e simplesmente, em função da expectativa de que os seus preços subam mais, sem nenhuma consideração pelas taxas de retorno das empresas.

Partindo de outra perspectiva, autores como Duménil & Lévy (2003 e 2004) e Chesnais (2003 e 2005) também identificam essa espécie de desvinculação ilusória entre a esfera financeira e a produtiva,¹⁰ com a consequente constituição de um espaço financeiro internacional, de uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada, para usar um termo dos próprios autores. Esta percepção, assim como a de Brenner, dá vazão à noção de que a financeirização, seguindo Lapavistas (2011), representa uma transformação estrutural e sistêmica das economias capitalistas maduras, ou uma mudança da economia rumo ao setor financeiro, definição a partir da qual o autor

¹⁰ E fizemos questão de chamá-la de ilusória porque, tal como sugerido por Carcanholo & Nakatani (1999) e Carcanholo & Sabadini (2009), a separação entre o produtivo e o financeiro só pode ser usada como um instrumento analítico e jamais como uma representação da realidade, uma vez que, embora a esfera financeira produza um lucro que é gerado como que por mágica, sem nenhuma substância real ou solo firme no qual se assentar, a realização desse lucro se dá sobre algo substantivo, ela é real e, portanto, depende da produção de valor e, assim, de trabalho.

oferece um quadro bastante preciso de quais seriam os traços fundamentais deste processo:

First, large non-financial corporations have reduced their reliance on bank loans and have acquired financial capacities; second, banks have expanded their mediating activities in financial markets as well as lending to households; third, households have become increasingly involved in the realm of finance both as debtors and as asset holders (LAPAVITSAS, op. cit., p. 2).

A partir desses pontos, Lapavitsas (op. cit., p. 13) nota que a abordagem de Hilferding é validada pelo predomínio das grandes corporações multinacionais na economia mundial ainda hoje, mas já não consegue explicar a habilidade que essas grandes corporações têm adquirido no sentido de financiar seus investimentos sem recorrer pesadamente à figura dos bancos, de modo que aquela noção de capital financeiro – entendido como a fusão entre o capital industrial e o capital bancário – apontada por Hilferding em seus escritos perde sentido no momento atual.

Os mecanismos que eximem as empresas não financeiras do recurso aos bancos envolvem a retenção de seus próprios lucros e, em maior medida, o acesso aos mercados financeiros abertos, enormemente facilitado pela flexibilidade conferida às operações realizadas e pelo baixo custo das mesmas, fazendo com que “[...] *monopoly capitals have become 'financialised', i.e., they are more independent from banks and more heavily involved in financial activities on their own accounts*” (Ibid., p. 14).

Esse movimento força os bancos a reestruturarem suas atividades, voltando-se com maior vigor para as famílias e indivíduos – que se apresentam como importantes fontes de lucratividade, uma vez que a ampliação dos mecanismos de crédito faz com que parte significativa de suas rendas passe a ser dedicada ao pagamento de juros – e para as atividades de mediação financeira através das quais os bancos recebem taxas e comissões. O impacto dessa reestruturação é o que Lapavitsas identifica como a “financeirização dos rendimentos do trabalho” resultante do crescimento dos empréstimos tomados para o pagamento de hipotecas, gastos com educação, saúde, bens de consumo, etc., assim como com a aquisição de ativos financeiros tais como fundos de pensão, seguros, dentre outros, revelando o extenso movimento de privatização do consumo dos trabalhadores, que, além do mais, passa a contar, quase que infalivelmente, com a mediação do sistema financeiro. Deste modo se configura a extração de lucros por parte dos bancos e demais instituições financeiras diretamente

dos salários em lugar da mais-valia. Esta seria a característica mais gritante e mais pernicioso do processo de financeirização que emblematiza a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista.

A questão é que o movimento acima descrito ilustra o caso das economias centrais. O modo como as economias periféricas, em particular as latino-americanas, se inserem neste processo de financeirização é subordinado desde a sua origem. Tal inserção se coloca quando do recurso ao capital externo durante o período desenvolvimentista na América Latina e da forte entrada desses capitais, fruto da alta liquidez internacional e do processo de “reciclagem dos petrodólares”, de tal forma que o endividamento externo das economias latino-americanas salta para níveis sem precedentes, inicialmente por conta das necessidades criadas pelo choque do petróleo em 1973, depois pelo processo de realimentação produzido pelo chamado choque dos juros internacionais, dando origem à crise da dívida dos anos 1980.

O fato é que a necessidade de rolagem da dívida e, portanto, a contínua necessidade de atração de capital externo, colocou as economias periféricas inicialmente numa posição passiva diante do movimento financeiro internacional, dado que sua inserção nesta lógica se deveu fundamentalmente a movimentos externos alheios à sua esfera de decisão, e, posteriormente, numa posição ativa, considerando que um profundo processo de desregulamentação e abertura financeira é introduzido nessas economias, demonstrando sua ampla adesão ao ideário neoliberal. Vale notar que, ainda que tal inserção tenha passado a se dar de maneira consciente e politicamente definida, trata-se de uma dinâmica altamente subordinada, uma vez que não se encontram na periferia os espaços de decisão a respeito dos movimentos do capital financeiro especulativo. A imperativa adoção de políticas que favorecem os fluxos de entrada e saída de recursos é elemento comprobatório de que, na ausência de flexibilização e de desregulamentação, esses capitais externos certamente recorreriam a outros espaços de valorização, de modo que estas são condições *sine qua non* para a atração e manutenção desses capitais no interior das economias dependentes.

Muito mais poderia ser dito a respeito da virada pós-1970 que abrange toda a economia mundial, mas os elementos discutidos até aqui nos bastam, por ora, para que possamos voltar nossos olhares para alguns caminhos possíveis do ponto de vista de uma tentativa de repensar a teoria da dependência.

3. Notas acerca da constituição de uma nova fase da dependência

Se estamos corretos quanto à percepção de que uma nova fase do capitalismo se constitui a partir dos anos 1970 e se isto conduz à constituição de uma igualmente nova fase do imperialismo,¹¹ estamos, inexoravelmente, vivenciando uma nova fase da dependência.¹²

A primeira categoria exposta pela TMD que parece se confirmar nesta fase contemporânea, embora sob uma nova roupagem, é a extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais. À diferença do que ocorria anteriormente, as relações externas estabelecidas pelos países da periferia no período atual levam a que estas últimas transitem de uma situação onde as formas de extração de excedentes são principalmente orientadas pelos termos de troca para uma outra situação na qual ganham importância relativa os tipos de extração de excedentes concentrados na Balança de Rendas, de tal modo que a Balança Comercial perde importância relativa nas relações entre centro e periferia.

A categoria superexploração da força de trabalho parece igualmente se reafirmar no presente. Ela vem, no entanto, potencializada pela crescente participação das despesas com juros nos orçamentos das famílias trabalhadoras, percepção, como se vê, não estranha à nova fase do capitalismo financeirizado que vimos defendendo. O argumento é o de que essas despesas constituem um retorno daquilo que foi pago como salário para o domínio da mais valia. Tal como definido anteriormente por Lapavistas (2011), trata-se da “financeirização dos rendimentos do trabalho”, algo que, por sua natureza, pode ser entendido como uma espécie de expropriação financeira dos salários, constituindo-se, assim, uma relação na qual parte das rendas do trabalho é direcionada aos bancos e às instituições financeiras de um modo geral, tanto na forma de juros, quanto pelo pagamento de taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros. Considerando que Marini deixa explícita a ideia de que um dos mecanismos de superexploração diz respeito à “expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (2005, p. 156), nos parece cabível denominar de superexploração do trabalho a expropriação financeira fruto da inserção das famílias

¹¹ Esta avaliação se deve à compreensão de que o capitalismo se apresenta como um modo de produção que evolui e que, por isso, pode, ao longo do tempo, assumir diferentes formas históricas, mantendo intacto seu conteúdo. Se assim é, por dedução, podemos entender o imperialismo como uma fase particular do capitalismo – tal como propunha Lenin – que comporta dentro de si vários momentos históricos.

¹² Vale lembrar aqui a relação de complementaridade entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo.

e indivíduos em atividades financeiras, como devedores ou como detentores de ativos. E, para aqueles que entenderem que esta relação é absurda ou fere os termos definidos por Marx quanto à categoria exploração da força de trabalho, ainda assim não é pouco considerável o fato de que, se uma parcela maior dos salários deve ser reservada para o pagamento de juros ou outras taxas relativas a operações financeiras, este se torna um mecanismo indireto de forçar os trabalhadores a aceitarem condições de trabalho cada vez mais precárias como uma forma de minimizarem as perdas sofridas em função da compressão salarial que a expropriação financeira produz. Sendo assim, direta ou indiretamente – como queiram –, a expropriação financeira dos rendimentos do trabalho conduz à superexploração da força de trabalho.

Por fim, se retomamos a categoria subimperialismo, esta também parece se recolocar no atual momento histórico, particularmente no que se refere ao processo de internacionalização de capitais brasileiros, tanto pela via da compra de ações de empresas latino-americanas conduzidas com capital de origem nacional, quanto através dos processos de fusão e aquisição de firmas ou através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) brasileiros na América Latina, procedimentos claramente acoplados à lógica da financeirização.

Esperamos, com isso, ter lançado alguns elementos para debate e reflexão em torno de como se configuraria a atual fase da dependência, enfatizando sua relação com a nova etapa do capitalismo e do imperialismo.

Referências Bibliográficas

- ALBO, Gregory (2006). “A Velha e a Nova Economia do Imperialismo”. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (Ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin.
- AMARAL, Marisa Silva (2012). “Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação”. In: GALVÃO, Andréia; AMORIM, Elaine; SOUZA, Júlia Gomes e GALASTRI, Leandro (Orgs.). *Capitalismo: crises e resistências*, 1ed, pp. 63-82. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- _____ (2013). “A teoria marxista da dependência como interpretação do capitalismo periférico”. In: CALHEIROS, Alex; GONÇALVES, Anderson e

- MARI, Marcelo (Orgs.). *Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias*. São Paulo: Nankin, 2013.
- BORÓN, Atilio (2006). “A Questão do Imperialismo”. In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier & GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.
- BRENNER, Robert (2003). *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record.
- CALLINICOS, Alex (1994). “Marxism and Imperialism Today”. In: CALLINICOS, Alex et. al. *Marxism and the New Imperialism*. Londres: Bookmarks.
- _____ (2005). “Imperialism and global political economy”. In: *Internacional Socialism*, n. 108, outubro.
- _____ (2009). *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge: Polity.
- CAPUTO, Orlando Leiva (1998). *Crisis Asiática y Economía Chilena en la Globalización*. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/orlando.htm>.
- _____ (2007). “La Economía Mundial y América Latina a Inicios del Siglo XXI”. In: *Revistas de Economía Mundial*, 16, pp. 81-106.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias (2004). “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo.
- CARCANHOLO, Reinaldo e NAKATANI, Paulo (1999). “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. In: *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, pp. 264-304, junho. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- CARCANHOLO, Reinaldo e SABADINI, Maurício (2009). “Capital fictício e lucros fictícios”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, pp. 41-65, junho. Rio de Janeiro: SEP, 2009.
- CASTAÑEDA, Jorge & HETT, Enrique (1978). *El economismo dependentista*. México: Siglo XXI.
- CHESNAIS, François (2003). “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã.
- _____ (2005). “O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.

- CUEVA, Agustín (1974). “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. In: *Historia y Sociedad*, n.3, México.
- DOS SANTOS, Theotônio (1970). The Structure of Dependence. In: *American Economic Review*, maio, pp. 231-236. New York.
- _____ (2000). *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique (2003). “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã.
- _____ (2004). *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- _____ (2010). “A Finança Capitalista: relações de produção e relações de classe”. In: BRUNHOFF, S. et. al. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda.
- GOWAN, Peter (2003). *A Roleta Global*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- HARVEY, David (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- LAPAVITSAS, Costas (2011). “Theorising Financialisation”. In: *Work, Employment & Society*, vol. 25, n. 4, p. 611-626, dezembro.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich (1917/2009). *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro.
- MARINI, Ruy Mauro (1977). La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. In: Cuadernos Políticos, n.12, abril-junio. México: Ediciones ERA. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm.
- _____ (1990). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente.
- _____ (2000). *Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- _____ (2005). “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- PANITCH, Leo & GINDIN, Sam (2006a). “Capitalismo global e império norte-americano”. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (Ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin.

- _____ (2006b). “As Finanças e o Império Estadunidense”. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (Ed.). *Socialist Register 2005: o império reloaded*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin.
- OSORIO, Jaime (2012). “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PAULANI, Leda Maria (2009). “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. In: *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 66.
- VALENCIA, Adrian Sotelo (2007). *El Mundo del Trabajo en Tensión. Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdes Editores.